



Fotos: FRITZ NUNES

Delegação de Santa Maria durante o III Congresso Extraordinário, em Brasília

Jornada de Lutas em defesa do Sindicato

Vencida a polêmica da mudança estatutária do ANDES-SN, os professores reunidos no Congresso Extraordinário do ANDES-SN, em Brasília (DF), decidiram sobre o Plano de Lutas para enfrentamento dos ataques do governo e seus seguidores no meio docente, representados pela CUT/Proifes. Nesta linha, foi aprovado o calendário de uma Jornada de Lutas. Até a segunda semana de outubro está previsto como tarefa do movimento docente o corpo-a-corpo com os professores da base para conscientização política sobre a situação, além do diálogo com outros movimentos sociais, principalmente os representantes de estudantes e de técnico-administrativos das universidades. Na avaliação dos congressistas, será imprescindível nesse processo a ampliação das manifestações de apoio e reconhecimento da legitimidade do ANDES pelos docentes e comunidade universitária em geral, mas também pelo conjunto dos movimentos sindical e popular.

A segunda semana de outubro inicia com uma Plenária dos Servidores Públicos Federais e continua com uma série de atividades da Semana contra a Criminalização dos Movimentos Sociais, convocada pela Conlutas, na qual será promovida a denúncia dos

ataques sofridos pelo Sindicato Nacional. Dentro desta semana, a data de 15 de outubro (Dia do Professor) será especialmente dedicada às atividades, nas universidades, de defesa do ANDES-SN.

Ainda em outubro, na terceira semana, atos devem ser realizados nos estados e cidades, como forma de preparação para, provavelmente na última semana de outubro ou início de novembro: um ato nacional, em Brasília, para protestar contra a cassação do registro sindical do ANDES-SN. Se reunidas essas condições, haverá ainda mais um dia de movimentações políticas no Congresso, no Supremo Tribunal Federal e OAB, entre outros locais.

Todas as atividades da Jornada serão municiadas por materiais de defesa do ANDES-SN produzidos pelo próprio movimento docente, além de manifestos e moções provenientes de outras entidades sindicais ou acadêmicas e conselhos universitários, entre outros. Uma comissão eleita pelo Congresso vai auxiliar a diretoria do Sindicato Nacional na construção desta Jornada. Também foi autorizado o uso do Fundo Nacional de Mobilização, mantido pelo ANDES-SN, para ajudar no custeio desta iniciativa. (Fonte: ANDES-SN)

Resultado que gerou alívio

A deliberação tomada pela maioria dos participantes do Congresso de Brasília em relação a não alterar o estatuto do sindicato, permitindo que os sindicatos ligados às faculdades particulares permaneçam na base do ANDES, gerou alívio entre os sindicalistas dessas instituições. É o caso, por exemplo, dos professores José Alberto Rodrigues e Marco Aurélio Ribeiro, respectivamente presidente e vice da Adunimep, seção sindical dos docentes da Universidade Metodista de Piracicaba, em São Paulo. Segundo Rodrigues, havia um clima de apreensão muito grande entre os cerca de 285 associados da Adunimep. Entretanto, completa Ribeiro, a decisão do Congresso foi dentro da expectativa que haviam trazido. “Não nos vemos representados por outro sindicato que não o ANDES”, asseverou o presidente da Adunimep.

Para o presidente da Associação dos Docentes do

Ensino Superior de Santa Catarina (ADESSC), Geraldo Barbosa, “essa decisão foi muito positiva, porque as particulares são 90% das instituições de ensino superiores do Brasil, e 80% dos estudantes do país estão nas particulares. Nós todos, claro, somos defensores da expansão das universidades públicas. No entanto, para a defesa da própria universidade pública, é muito importante a expansão do ANDES-SN, que é uma entidade sindical dos professores que, além de defender e lutar pelos interesses específicos da categoria, tem um projeto de universidade, um projeto democrático de transformação da sociedade brasileira que vai além, muito além do elemento corporativo”.

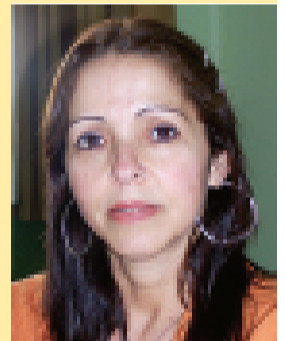
A ADESSC, seção sindical do ANDES-SN desde 2005, foi obrigada a se desfiliar do Sindicato Nacional em julho passado, por força de decisão judicial que impunha multas altíssimas às duas entidades, caso o vínculo fosse mantido.



Orlando Fonseca, 53 anos, profº do Departamento de Letras Vernáculas.

“O acordo ortográfico tem uma visão necessária hoje da unificação entre os falantes da língua Portuguesa. É a quinta língua mais falada no mundo, quer dizer, tem 250 milhões de falantes, e, ainda não tem penetração em organismos oficiais. Brasil e Portugal, que são os dois países mais importantes, têm grafias diferentes. Mesmo que a fala, de um modo geral, seja a mesma do ponto de vista da estrutura gramatical, a grafia é diferente. Então, a necessidade é tanto no sentido da importância dos países falantes diante de organismos internacionais, quanto dos convênios necessários (o Brasil tem convênios de cooperação com países da África que falam a língua Portuguesa para a alfabetização, por exemplo, e os livros didáticos não circulam ou precisam ser traduzidos). Então, toda a dificuldade que isso vai trazer, certamente é menor do que a necessidade que os países de língua Portuguesa têm de se impor no mundo em que as coisas todas hoje são internacionalizadas, as relações são internacionalizadas”.

Viviane Segalla, 44 anos, técnico-administrativa do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM.



“A reforma ortográfica com modificação no acento diferencial, trema, etc., não me agradou. Durante a vida toda aprendemos que é de uma forma, agora, vem um acordo e diz que deve ser diferente. Então, eu acho complicado, acho que vai haver muita distorção. Eu não gostaria que houvesse essa mudança, pois já nos acostumamos com uma forma de escrita, e, a mudança vai ser difícil de assimilar”.

ELES DISSERAM

“Os ricos temem a recessão. Os pobres, a fome”. (Ban Ki-moon, Secretário Geral da ONU, sobre a crise financeira americana, Carta Capital, 1º de outubro de 2008).

“Estamos tranquilos, mas sabemos que a crise é grave”. (Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, sobre a crise financeira americana, Correio do Povo, 30 de setembro de 2008).

“É interessante que a avaliação do futuro da economia ainda não tenha sofrido qualquer impacto pela crise econômica internacional”. (Marco Antonio Guarita, diretor de Relações Institucionais da CNI/BOPE, sobre a aprovação do desempenho pessoal do governo Lula, Zero Hora, 30 de setembro de 2008).



Rodrigues e Ribeiro: só nos vemos representado pelo ANDES